

DOSSIÊ: REFUNDAR O PENSAMENTO URBANO-REGIONAL LATINO-AMERICANO: ENTRE VARIEGAÇÃO, NEGAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

A METRÓPOLE EM UM VERTIGINOSO CONJUNTO: SOBRE DURAÇÕES, CONSCIÊNCIAS E DEVIRES

*Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo**

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, RJ, Brasil

Resumo

O artigo visa a uma construção teórico-metodológica que relaciona as condições metropolitanas do período atual a um prospecto mais amplo no espaço-tempo. A ideia é conjugar diferentes interpretações acerca do tempo e do espaço em meio à realidade histórica de uma metrópole como a do Rio de Janeiro, fundamental às postulações que envolvem a inauguração da modernidade/colonialidade e a própria semântica metropolitana. Para isso, valemo-nos da noção de “vertiginoso conjunto”, do filósofo Achille Mbembe (2019) – constructo calcado na crítica da razão negra em diferentes momentos históricos –, associada à tríade materialização-substrução-projeção, do geógrafo Alvaro Ferreira (2019). Esta última constitui uma proposta teórico-metodológica que enfoca a interação imediata entre os seus três termos, desvelando a necessidade de raciocínios centrados na posição relacional de arquétipos temporais e espaciais para pensar a produção do urbano no presente.

Palavras-chave

Sul Global; Espaço Urbano; Método; História da Cidade; Razão Negra; Rio de Janeiro.

DOSSIER: REFOUNDING URBAN-REGIONAL LATIN AMERICAN THINKING: NAVIGATING VARIEGATION, NEGATION, AND CONSTITUTION

THE METROPOLIS IN A VERTIGINOUS ASSEMBLAGE: ON DURATION, CONSCIOUSNESS, AND BECOMING

*Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo**

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, RJ, Brazil

Abstract

The article aims to construct a theoretical and methodological framework that associates metropolitan conditions of the present to a broader space-time dimension. The objective is to bring together different interpretations of time and space within the historical reality of a metropolis such as Rio de Janeiro – an urban context essential to discussions concerning the beginning of modernity/coloniality and metropolitan semantics itself. To this end, we draw on the notion of the “vertiginous assemblage” proposed by philosopher Achille Mbembe (2019) – a construct grounded on the critique of Black reason throughout different historical moments –, coupled with the triad materialization-substruction-projection, formulated by geographer Alvaro Ferreira (2019). The latter constitutes a theoretical and methodological proposal focused on the immediate interaction among its three dimensions, unveiling the need for reasoning centered on the relational positioning of temporal and spatial archetypes in order to reflect on the production of the urban in the present.

Keywords

Global South; Urban Space; Method; History of the City; Black Reason; Rio de Janeiro

A METRÓPOLE EM UM VERTIGINOSO CONJUNTO: SOBRE DURAÇÕES, CONSCIÊNCIAS E DEVIRES¹

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

Introdução

Em sua *Crítica da razão negra*, Achille Mbembe (2019, p. 60) atravessa diversos campos do conhecimento para compreender dinâmicas que envolvem o passado e o presente. O camaronês denomina “vertiginoso conjunto” os processos de perturbação física, socioeconômica e psíquica associados à raça ao longo da história – e, na produção do conhecimento oriundo das sociedades europeias, essa raça se configura como sinônimo de negro.

Nesse sentido, três momentos são determinantes na biografia dessa organização controversa (Mbembe, 2019). O primeiro ocorre com o tráfico atlântico entre os séculos XV e XIX, com a captura de negros e negras e sua transformação em mercadorias. O segundo momento se desenvolve sobretudo no século XVIII, culminando em episódios no século XX, e é caracterizado pelo reconhecimento da escrita associada a códices e linguagens próprias, promovendo o surgimento de revoltas de escravizados, iniciativas de descolonização no continente africano e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, além da queda do *apartheid* na África do Sul. O terceiro e último momento emerge no período atual, mediado pela globalização dos mercados sob a égide neoliberal, que complexifica relações por meio da tecnologia e entorpece o humano enquanto empreendedor de si.

1. Este artigo é um desdobramento da minha tese de doutorado. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação Central de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O trabalho foi orientado pelo Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira e previamente debatido com os membros do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (Nepem) da PUC-Rio, aos quais ofereço meus sinceros agradecimentos.

A empreitada teórica do autor parece, por vezes, confusa do ponto de vista temporal – e até controversa, dependendo do aprofundamento do leitor –, o que a coloca em uma posição potente, mas carente de ressalvas, principalmente quando dialoga com outras áreas do conhecimento, como as ciências mais preocupadas com a vida no espaço metropolitano. A primeira ressalva que gostaríamos de fazer se refere à construção do vertiginoso conjunto, que, em alguns pontos, parece uma ponderação fatalista e pouco propositiva – muito embora, ao tratar do segundo momento, o estudioso apresente ingredientes históricos que indicam possibilidades de revoluções por meio da organização entre negros e negras. Outra ressalva diz respeito aos saltos temporais dados pelo filósofo, acentuados ao longo do livro, os quais demandam maior cuidado por parte de quem o analisa, na tentativa de evitar interpretações equivocadas.

Este artigo tem como objetivo o aprimoramento teórico-metodológico envolvendo a longa duração e a materialização da vida metropolitana em sentidos temporais e espaciais. A motivação parte da leitura do vertiginoso conjunto de Mbembe (2019), que pode remeter a um constructo com reverberações mais distantes no tempo – apesar de isso não ter sido enfatizado pelo autor. Para tanto, partimos de uma lógica que preserva a contrariedade da “razão negra” explícita em diferentes momentos históricos, ainda que o objeto aqui analisado esteja centrado no período atual. Essa racionalidade é mediada pelo cotidiano urbano da metrópole carioca e, também como proposição metodológica, é associada à tríade materialização-substrução-projeção, do geógrafo Alvaro Ferreira (2019), com o intuito de redimensionar as potencialidades de um modelo textual preocupado com a descrição da vida metropolitana produzida historicamente, apresentando necessários aperfeiçoamentos para o presente e direcionamentos para o futuro.

O artigo está dividido em três partes, todas voltadas à construção de uma narrativa espacial capaz de percorrer diferentes períodos históricos – o que confere certa coerência temática à proposta. A primeira seção enfoca a articulação entre o vertiginoso conjunto, de Mbembe, e a longa duração braudeliana, aqui tratados como postulados complementares mediados pela tríade materialização-substrução-projeção, de Ferreira (2019). A segunda parte se debruça sobre a dupla consciência concernente à razão negra, exemplificada a partir do impasse em torno das escavações do Cais do Valongo, episódio que acalorou o debate racial sobre o patrimônio da cidade do Rio de Janeiro. A última parte, que tem como fundamento a noção de “homem-mercadoria”, contempla o assentamento da discussão no período atual do capitalismo, no que seria a materialização de sua essência globalizada e mercadológica – postulado que complementa a circularidade do vertiginoso conjunto caracterizado por Mbembe (2019) e a conformação de um momento histórico

que recondiciona a estrutura da vida social mediante um cotidiano que, até então, só havia sido experimentado por negros e negras.

1. Das durações: sobre espacialidades e temporalidades

Em uma primeira aproximação, pensar a história e o desenvolvimento da sociedade em uma projeção mais longa apresentou percalços significativos ao longo da produção do conhecimento nas ciências humanas. No prefácio do aclamado *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (1966), Braudel clama por uma história que lhe permitisse angariar amplas escalas, tanto temporais quanto espaciais, pois enfrentou importantes impedimentos nesse sentido.

O geógrafo Guilherme Ribeiro, leitor atento da obra braudeliana e preocupado com suas repercussões no estudo da geografia, aponta alguns preceitos fundamentais para uma compreensão mais profícua da proposição metodológica do historiador francês, partindo da supracitada obra. Segundo Ribeiro (2017), o primeiro passo para consolidar um entendimento mais promissor das relações entre o Mediterrâneo e a longa duração é a percepção da própria dinâmica de engajamento científico da historiografia francesa na primeira metade do século XX. Nas palavras do autor: “é preciso reconhecer que ele [o livro de Braudel] foi pensado segundo um conflituoso contexto de transição entre duas concepções de história que pelejavam pela produção de verdade” (Ribeiro, 2017, p. 73).

Esse contexto conflituoso se torna palpável pelo fato de a tese de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* ter sido reprovada por Gaston Zellner, historiador de ofício que criticara a construção teórica – para ele excessivamente geográfica – de Braudel, ao mesmo tempo que eram evidentes as aproximações entre os *Annales* e o estudo da geografia (Ribeiro, 2017, p. 74). Ainda assim, a longa duração emerge como um elemento circunstancial na obra de Braudel, reverberando como expressão fundante para qualquer pesquisador interessado na produção epistemológica de uma ciência preocupada com temáticas espaço-temporais de maior profundidade, como o aparato colonial e suas consequências econômicas, políticas, sociais e psíquicas.

No texto, a relevância de uma perspectiva mais longa, enunciada por meio da caracterização braudeliana, reside na necessidade de contornar esse vertiginoso conjunto que, segundo Mbembe (2019), tem seus marcos iniciais no sequestro de negros e negras enquanto escravizados para trabalharem nas *plantations* de cana-de-açúcar e algodão nas Américas. Nesse contexto, Ribeiro (2017) faz uma ressalva interessante acerca da obra de Braudel, em total sintonia com a proposta metodológica aqui mobilizada: o historiador francês tem dificuldade em perceber o tempo como objeto da História, assim como não enxerga o espaço como objeto

da Geografia. De acordo com Braudel, ambos são meios de construção do conhecimento e de interpretação fenomênica (Ribeiro, 2017, p. 93). Essa noção, estruturante para a “dialética da duração”, contribui para a explicitação dos diferentes fenômenos caracterizados por Braudel, na relação entre arquétipos metodológicos de curta, média e longa duração.

Na ponderação acerca das durações, o historiador consolida sua posição na defesa da longa duração, inclusive em relação à própria noção de “evento”. O autor critica postulados teóricos que aprisionaram o evento em seu conteúdo explosivo e de curta duração. Nesse sentido, recorre a filósofos como Jean-Paul Sartre, preocupados com um jogo semântico de movimentos temporais mais profundos, para reivindicar que mesmo um acontecimento momentâneo pode conter um tempo muito superior à sua própria duração. De acordo com Braudel (2014, p. 46), as micronarrativas, oriundas dessa apreensão traiçoeira do tempo curto, são “a mais caprichosa, a mais enganadora das durações”.

Concordando com Braudel acerca das adversidades explosivas do tempo curto, Ribeiro (2017) apregoa a estrutura como noção fundamental para pensar a teoria braudeliiana. O próprio historiador francês afirma que a palavra “estrutura” se estabelece como uma segunda chave essencial à introdução à história de longa duração – sendo a primeira a afirmação de uma linha cognitiva que promova o protagonismo das tendências seculares. Ainda que Braudel estabeleça ressalvas ao uso do termo por parte dos economistas, essa crítica justificaria a maior valorização dessa segunda chave. Segundo ele, a estrutura “domina os problemas da longa duração” (2014, p. 49), pois é por meio dela que se justifica certa coerência e um ordenamento temporal mais explícito que, embora rugoso, consolida uma realidade relativamente estável ao longo do tempo histórico.

Pela formulação dos objetivos principais desta seção, a coerência histórica correlata ao prospecto de longa duração enunciado por Braudel se expressa no aparato político, administrativo e econômico da dominação colonial, que encontrou na cidade do Rio de Janeiro um espaço fundamental para sua égide. Atribuir protagonismo ao Rio de Janeiro nesse contexto requer algumas breves considerações sobre sua constituição em meio a períodos históricos tão diversos. Para isso, o geógrafo Milton Santos (2017) aponta trilhas possíveis. Entre elas, vale destacar novamente a noção de evento, a qual o autor atrela à ideia de duração – o que imediatamente remete ao escopo deste trabalho. Segundo Santos (2017, p. 148), “o evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo”. Ademais, a constituição organizacional do evento interfere em sua eficácia, promovendo um movimento de eterno retorno à duração.

Ainda em Santos (2017), outro postulado promissor na trilha do evento é a categoria “escala”, que surge em duas condições: na origem e no impacto do acontecimento. Nessa abstração teórica, percebemos a entrada do Rio de Janeiro em sua acepção mais empírica, mediando as considerações sobre o espaço-tempo necessário à reprodução colonial na cidade – na busca por “continuidade temporal e coerência espacial” (Santos, 2017, p. 156), elementos que facilitam a apreensão de possíveis conexões entre uma escala temporal mais longa e impactos preservados até o presente.

A influência braudeliana na constituição do longo século XVI foi de importância ímpar para a consolidação dos debates em torno da ideia de sistema-mundo, que, segundo Santos (2017), posteriormente foi “vulgarizada” por seu criador, Immanuel Wallerstein (1992). Mais tarde, sobretudo pela influência de autores latino-americanos vinculados ao grupo Modernidade/Colonialidade (Grosfoguel, 2008; Ballestrin, 2013), consolidou-se a categoria de sistema-mundo moderno/colonial. Para Wallerstein (1992), em concordância evidente com Braudel, a criação desse sistema-mundo moderno data do final do século XV, período marcado pelos chamados “descobrimientos” nas Américas – ou “encobrimientos”, como nomeia Dussel (2011). A nova dinâmica de dominação racial, territorial, cultural e epistêmica representou a conformação de uma realidade política e econômica moderna, que atravessou séculos e ainda reverbera em diversas problemáticas contemporâneas – seja no desenvolvimento capitalista, na geopolítica do conhecimento ou mesmo nas políticas de segurança que incidem sobre a produção do espaço urbano.

Na tentativa de enfatizar ingredientes espaço-temporais mais recentes e associá-los a uma compreensão de temporalidade mais ampla, vale recorrer à proposta metodológica do geógrafo Alvaro Ferreira (2019), que aponta como um dos principais problemas da produção do conhecimento na Geografia atual a dificuldade de teorizar a partir do real. Nesse caso, trata-se de consolidar um movimento que parte do real em direção à teoria, mas que se proponha também a retornar da teoria ao real. Essa articulação necessária, de matriz dialética, apresenta elementos dispostos entre teoria e prática que se interpelam no tempo e no espaço, nas mais diversas especificidades de ocorrência. Como proposto, o real parte das interrupções que ecoam no cotidiano de negros e negras, transformando e condicionando formas de apropriação e reapropriação do espaço metropolitano. Essa perspectiva não se apresenta como um dado recente, de natureza jornalística ou factual, mas como uma conjectura cuja origem é muito mais remota no tempo histórico, remetendo aos marcos coloniais da primeira modernidade.

Nessa composição, e na valorização de uma perspectiva de longa duração, atentamo-nos à tríade analítica materialização-substrução-projeção, proposta por

Ferreira (2019), a qual se revela um percurso metodológico extremamente profícuo para esse jogo entre espaço e tempo, teoria e prática. Para o autor, a primeira chave é a identificação do que pode ser apreendido pelos sentidos – um ente associado ao que se apresenta como perceptível na própria dinâmica de produção (ou impedimento à produção) do espaço, aspectos ligados à concretude. Ferreira denomina esse processo de “materialização”.

Além disso, cabe observar elementos que se revelam fundamentais para essa materialização mas que não se manifestam de forma explícita e, muitas vezes, não estão associados ao que pode ser percebido sensorialmente. Segundo o geógrafo, trata-se aqui daquilo que sustenta a composição prático-teórica da tríade – o que ele denomina “substrução”. Esse âmbito revela forças escusas, contidas no próprio esgarçamento do tecido social, voltando-se às ações dos grupos sociais diretamente engajados nas contradições que atravessam o tempo e o espaço.

Pela temática de que aqui nos ocupamos, essa seria a parte da tríade que mais lança luzes sobre a perspectiva de longa duração, já que observar “o que está por trás”, reconhecendo as representações, também é uma forma de questionar a estrutura e a coerência das tendências seculares no tempo histórico, bem como os processos sociais que se projetam no espaço urbano – como os trâmites raciais intrínsecos aos códigos coloniais.

A última parte da tríade diz respeito à “projeção” – uma mediação que identifica as conexões entre materialização e substrução (já que ambas são indissociáveis) e por meio da qual se imagina o futuro, mais uma evidência de que a semântica da proposta de Ferreira (2019) pode ser diretamente associada à dialética da duração de Braudel e ao prognóstico mais longo necessário para pensar a metrópole do presente que idealizamos em nossas reflexões. A projeção tem um caráter imaginativo, onírico, mas também é um produto do presente relacionado ao passado. Como indica a proposição braudeliana, a longa duração é a ponte mais profícuo entre a história e o presente.

2. A “razão negra” no Rio de Janeiro: consciências controversas

Em meio ao arquétipo espaço-temporal pensado para a metrópole carioca, faz sentido recorrer a Mbembe (2019), inspirado por Gilroy (2012) e Fanon (2020), e à produção de sua narrativa em *Crítica da razão negra*. Nessa perspectiva, tal construção pode ser lida em dois textos distintos: um primeiro, dotado de “vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates” (Mbembe, 2019, p. 60), e um segundo, forjado na reivindicação de descendentes de escravizados em relação à sua própria história, por meio da constituição de um arquivo negro.

A primeira escrita se codifica genealogicamente no desenvolvimento da Era Moderna – período atravessado pelo protagonismo dos exploradores e mercadores de negros escravizados, além da embrionária cientificidade do aparato colonial. Segundo o autor, “essa razão não passa de um sistema pretensamente erudito de narrativas e discursos” (Mbembe, 2019, p. 61) cuja reprodução se inclinava à dominação, conformando um sujeito racial. Esse primeiro texto, chamado por Mbembe (2019, p. 61) de “consciência ocidental do negro”, não se esgota em si mesmo, segundo o camaronês. Em perceptível associação deleuziana, Mbembe desloca a produção desse modelo de reconhecimento exterior para uma condição de constelação, já que ele é constantemente transformado pelo curso da história e “sempre assume formas múltiplas, contraditórias e divergentes” (Mbembe, 2019, p. 62). Esse movimento, inclusive, traz à tona o segundo texto – uma resposta evidentemente negra, que observa a si mesma “desde dentro”, nos termos do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos (2023).

A segunda escrita, portanto, responde diretamente às interrogações da primeira. Segundo Mbembe (2019, p. 62, grifo do autor), “se a consciência ocidental do negro é um *juízo de identidade*, esse segundo texto é, inversamente, uma *declaração de identidade*”. Tal declaração acessa a memória e a história e protocola a fundação de um arquivo. Se, na ciência colonial – correlata ao primeiro texto –, o negro é concebido como um ente sem vestígios, desprovido de parentesco e herança, a outra literatura se volta ao reencontro dos resíduos negros dispersos pelo mundo.

Na ótica do autor, há uma teia de contradições e solidariedades entre as duas escritas, embora a segunda represente uma vontade mais explícita de rompimento. Mbembe (2019) chama essa segunda escrita de “consciência negra do negro”, uma conjectura que envolve a literatura, a construção de biografias e a luta política. Para ele, no que se refere a essa consciência, “seus locais de nascimento são as grandes metrópoles dos Estados Unidos e do Caribe, seguindo-se as da Europa e, mais tarde, as da África” (Mbembe, 2019, p. 65).

Embora, nessa explanação, Mbembe não utilize a palavra “diáspora”, a categoria parece implícita pelas bibliografias que o inspiram e, sobretudo, pelas características que ele destaca. Em nossa leitura, o ponto de inflexão está justamente na postulação dos espaços. Se o autor não menciona especificamente o Brasil – e, mais precisamente, o Rio de Janeiro – como parte elementar ao falar dessa dupla consciência que preenche a razão negra, cabe a pesquisadores e intelectuais comprometidos com a realidade histórica da cidade fazê-lo.

Segundo Gilroy (2012, p. 10), “falar do Brasil produz, corretamente, hesitação”. Isso se deve a uma vinculação imediata entre a conformação da sociedade brasileira e a dinâmica de exploração comercial amparada pela escravização de negros e negras – configuração que apresenta efeitos de longa duração nos âmbitos

social, político, econômico e epistêmico. Nas palavras do historiador inglês, “a longa e específica história do Brasil sobre os contínuos contatos com a África deveria também ser produtivamente acrescentada às narrativas fundamentais da história do ‘Atlântico Negro’” (Gilroy, 2012, p. 12).

Se, na crítica de Gilroy, o Brasil produz hesitação, o que o Rio de Janeiro causaria? A metrópole carioca representa uma das principais reverberações das inscrições espaciais (Oliveira, 2019) da raça, do racismo e da cultura negra no mundo. Cabe lembrar que nenhum outro lugar recebeu mais negros e negras na condição de escravizados do que o Rio de Janeiro (Cicalo; Vassallo, 2015). Portanto, seria um desperdício político e teórico ignorar a representatividade da cidade nessa tessitura entre o Brasil, o continente africano e os ecos desse controverso e colossal movimento espacial, com efeitos implícitos e explícitos na estrutura da cidade – como brilhantemente propõe Geny Guimarães (2015), em seu *Rio Negro de Janeiro*.

A partir das impressões de viajantes, artistas e outros sujeitos presentes no cotidiano do período escravocrata, Guimarães (2015) expõe que o Rio de Janeiro começou a se constituir como uma cidade negra desde a chegada dos primeiros escravizados, no século XVI, o que se intensificou notavelmente com a aceleração do tráfico negreiro e a apropriação do centro da cidade por negros e negras em liberdade ou descendentes de escravizados, já no período pós-abolição. Essa configuração é especialmente relevante porque evidencia o vácuo teórico existente em relação à riqueza do Brasil – e da metrópole carioca, em particular – nos estudos voltados à valorização da dinâmica político-cultural que envolve o compartilhamento de experiências, sofrimentos e heranças dos povos sequestrados do continente africano.

Na análise dos contrastes entre a consciência ocidental do negro e a consciência negra do negro (Mbembe, 2019), a produção do espaço no Rio de Janeiro se desenvolveu margeando essa contradição. Se a consciência ocidental do negro articula um âmbito analítico fundamentado na noção de raça, codificando normas para a inferiorização de indivíduos por meio do saque, da dor e do sofrimento, a consciência negra do negro busca reconstruir as condições pretéritas da diáspora, da circularidade e da travessia – com traços culturais pujantes e enérgicos relativos à memória, à ancestralidade e ao estabelecimento de uma escrita negra, um arquivo consolidado como resposta ao espólio resultante do sequestro ocorrido desde a partida da África, que se reproduziu também na metrópole carioca.

No que diz respeito à elucidação da proposta metodológica adotada, alguns bons exemplos podem ser encontrados nas tensões que envolvem as recentes obras realizadas para eventos de magnitude internacional e os movimentos sociais localizados na área central da cidade – região descrita por Heitor dos Prazeres como “Pequena África” (Oliveira, 2019).

Uma bibliografia indispensável para essa elucidação é o texto “Por onde os africanos chegaram”, de André Cicalo e Simone Vassallo (2015), que promove amplo debate acerca das escolhas feitas pelos pesquisadores responsáveis pelas escavações do Cais da Imperatriz – o qual foi construído sobre o Cais do Valongo – durante as obras do Porto Maravilha. A intenção dos arqueólogos era encontrar elementos que revelassem, de forma mais profícua, os momentos da travessia, considerando que muitos objetos e utensílios foram despejados no Atlântico e, por isso, impedidos de chegar ao território brasileiro.

Segundo os autores, a discussão sobre a memória do período escravocrata se notabilizou tardiamente no Brasil e em outros países da América Latina, sobretudo pela dificuldade de reconhecer um passado vinculado à escravidão, mas também pela tentativa de consolidar a identidade nacional com base em uma suposta democracia racial. “A demora desse processo explicaria também a relativa exiguidade de estudos sobre patrimonialização da memória da escravidão atlântica no Brasil” (Cicalo; Vassallo, 2015, p. 242).

De acordo com Guimarães (2015, p. 292), a violação do legado patrimonial da diáspora africana no Brasil ocorreu por três vias: “pela invisibilidade, pela apropriação e pelo apagamento na paisagem carioca das marcas negras”. Para a geógrafa, trata-se de uma violência que se dá em termos simbólicos, materiais e psíquicos. Concordamos com sua abordagem e reconhecemos que, no campo das violações associadas à caracterização da paisagem urbana, há genocídios diretamente relacionados a epistemicídios – ou “genocídios/epistemicídios”, como escreve Grosfoguel (2013).

As obras recentes para eventos internacionais na cidade do Rio de Janeiro contribuíram para o acirramento dos debates em torno da memória e das condições de patrimonialização da herança africana na metrópole carioca. Para Oliveira, esse momento “tem revelado marcas do passado colonial e da atual gestão racista do espaço da cidade”, mas, por outro lado, também tem contribuído para a construção de “lugares de memórias corporificadas” (Oliveira, 2019, [s. p.]). Esses locais se revelam de forma igualmente contraditória – pelas violências simbólicas produzidas pelo Estado, na forma de esquecimento, como bem analisa Guimarães (2015), e por uma possível instrumentalização desses espaços na elucidação da relevância de negros e negras na produção dos objetos espaciais.

O Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Figura 1) parece ser um bom exemplo das contradições que envolvem o Estado, as políticas públicas de memória e o movimento negro da cidade. A proposta, vinculada ao Porto Maravilha, mas também articulada por movimentos sociais, reúne seis pontos essenciais para a história da cidade e da cultura negro-africana

e negro-brasileira: os Cais do Valongo e da Imperatriz, a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio, como mostra a Figura 1.



Figura 1. Localização do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/circuito>. Acesso em: 17 dez. 2021

Como dito anteriormente, a sobreposição do Cais da Imperatriz ao Cais do Valongo – presentes de maneira contígua no circuito – remete a um sintoma eloquente da dupla consciência que se evidencia naquela região da cidade. O Cais do Valongo, maior porto negreiro das Américas até 1831 (Cicalo; Vassallo, 2015; Guimarães, 2015; Honorato, 2008), foi transformado para o recebimento de Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias (recém-casada com o imperador d. Pedro II, em 1843) e posteriormente aterrado durante a Reforma Passos.

Durante as escavações na zona portuária da cidade – realizadas no contexto das obras de requalificação urbana para a Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 –, o debate em torno da riqueza histórica daquela região emergiu como espectro político e social. De acordo com Cicalo e Vassallo (2015), boa parte das escavações teve início em 2011, e o Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz foram encontrados em bom estado de conservação, com um desnível de apenas 60 centímetros entre ambos. Nesse contexto, a figura da arqueóloga Tânia Andrade

Lima foi fundamental – principalmente porque, ao reconhecer a existência dos dois cais de maneira adjacente, seu movimento se concentrou na valorização da força simbólica do Cais do Valongo em relação ao da Imperatriz.

A escolha feita por Tânia Lima contempla a mediação entre a consciência ocidental do negro – posta em prática simbolicamente pelo soterramento do Cais do Valongo – e a potência afirmativa da consciência negra do negro, expressa na atribuição de uma história construída com base em um arquivo negro (Mbembe, 2019). Nesse sentido, segundo matéria do jornal *O Globo* (Teixeira, 2019), durante as escavações foram encontradas 1,3 milhão de peças relativas ao tráfico negreiro – como cachimbos, colares, anéis, pedras, cerâmicas e búzios –, conforme documento da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

A decisão de Tânia Lima de aprofundar as escavações transforma a realidade histórica que preenche a memória e o arquivo da população negra na cidade. O Valongo, ainda que marcado pela dor, precisa ser reconhecido como instituição necessária à compreensão da diáspora africana no Rio de Janeiro e no Brasil – como demonstrado no precioso trabalho de Lima, Sene e Souza (2016), que resgata documentos históricos sobre o Cais do Valongo e revela a formação de um verdadeiro complexo comercial para a compra e venda de africanos recém-chegados ao Brasil na então Rua do Valongo. A área incluía o Lazareto da Gamboa – espaço destinado ao recebimento de africanos adoecidos – e o Cemitério dos Pretos Novos, localizado na Rua Pedro Ernesto, onde eram sepultados aqueles que sucumbiam às doenças e às violências do cativo. Oliveira (2020, p. 15) se refere a essa distribuição espacial como “geo-grafias de produção da não existência”, em explícita referência a Fanon (2020).

3. O devir-negro do mundo é aqui e agora

A última parte do artigo (e do vertiginoso conjunto) se ocupa da materialização – também em sentidos metodológicos, a partir de Ferreira (2019) – da vida negra no período atual. Nesse sentido, valemo-nos desse momento do conceito de Mbembe para, finalmente, situar a experiência negra no tempo presente. Ainda que tenha sido necessário recorrer a processos mais longos do tempo histórico para pensar a razão negra e a transformação do negro em mercadoria, nesta etapa final nos voltamos mais detidamente ao cotidiano atual – momento preenchido pela globalização dos mercados e condicionado pela racionalidade neoliberal (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016; Mbembe, 2019).

O objetivo aqui é reconhecer, a partir da manifesta influência foucaultiana sobre Dardot e Laval (2016) e Mbembe (2019), como a realidade presente responde aos comandos de uma lógica flexível e precária, generalizando uma condição de

clausura corporal e subjetiva que, durante muito tempo, foi exclusivamente experimentada por negros e negras. Em relação a esse espraiamento, Mbembe (2019), inspirado por Deleuze e Guattari, apresenta contundentes (e controversas) posições na introdução do livro *Crítica da razão negra*, a qual intitula “O devir-negro do mundo”.

Em linhas gerais, o devir-negro medeia as condições da época atual a partir da ideia de uma “humanidade supérflua” (Mbembe, 2019, p. 16), em que a reprodução da fluidez e da precarização transforma o indivíduo em um maquinário instrumentalizado pelos cânones do mercado. Trata-se de um sujeito disposto a se submeter a qualquer condição para ser explorado, pois, abandonado pela supressão do Estado, já não teme a extorsão oriunda da relação capital-trabalho – muito diferente dos homens e mulheres que deram sentido à exploração fordista de meados do século XX.

[...] esse *homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo* procura antes de mais nada regular a sua conduta em função das normas do mercado, sem nem sequer hesitar em se autoinstrumentalizar e instrumentalizar os outros para otimizar sua parcela de fruição. Condenado à aprendizagem por toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se um outro. (Mbembe, 2019, p. 17)

A construção desse “homem-fluxo” tem seu início nas transformações psíquicas oriundas da reestruturação produtiva que se consolidou com a dispersão da massificação fordista e o surgimento da flexibilidade toyotista nos anos 1950 no Japão – lógica que ganharia abrangência mundial a partir da década de 1970 (Alves, 2007; Antunes, 2018). Essa racionalidade também serviu de base à globalização dos mercados.

Segundo Alves (2007), com a reestruturação produtiva do capital, houve certo alastramento de uma lógica até então restrita ao contexto oriental, a qual se generalizou como categoria universal da reprodução capitalista – englobando não apenas aspectos específicos da realidade local, mas também elementos que tangenciam diferentes escalas, setores e empresas. Para o autor, o toyotismo

[...] implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como [...] o *just-in-time/kanban* ou o *kaizen*, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento proativo do operário ou empregado. (Alves, 2007, p. 158)

Como salientamos, o nexos essencial do toyotismo é a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital.

À captura da subjetividade soma-se o “engajamento estimulado do trabalho” (Alves, 2007, p. 159), o que fundamenta as demandas de fluidez e flexibilidade para a reorganização da atividade produtiva. Tal lógica dá vazão a uma série de programas de gerenciamento do trabalho e controle de qualidade da produção, além do já citado *just-in-time* (voltado à adequação da oferta à demanda) e do fortalecimento do discurso da flexibilização salarial e da terceirização (Alves, 2007).

A generalização da condição do negro, caracterizada por Mbembe (2019), contribui para a exemplificação das mediações intrínsecas à realidade urbana de um presente tecnológico e globalizado. Segundo o autor, existe uma tendência, forjada no conteúdo da modernidade, de que todos os indivíduos experimentem os confins da escassez do humano – condição que, até então, havia sido exclusivamente posta em prática contra o negro. As motivações de tal “delírio”, como o próprio filósofo questiona, estão centradas em torno de dois motivos fundamentais, que merecem ser apresentados com as próprias palavras de quem os propõe (Mbembe, 2019, p. 12):

Primeiro, [este delírio] deve-se ao fato de o negro ser este (ou então aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Onde quer que apareça, o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional. Em seguida, deve-se ao fato de que ninguém – nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser um negro ou, na prática, de ser tratado como tal.

A tese de que “ninguém gostaria de ser um negro” soa indigesta aos princípios de uma interpelação propensa aos sentidos da vida negra – muito embora, aqui, ela não deva funcionar dessa forma. O constructo teórico mbembiano apresenta justamente o ponto crítico da abordagem que ousou mesclar para a finalização deste capítulo. Faz sentido explicitar os motivos pelos quais não se quer ser um negro, e é a partir da enumeração dessas razões, costuradas no bojo do período atual, que avanço na direção dos argumentos necessários à compreensão da semântica metropolitana onde se arquiteta o não ser.

Em um importante artigo, Renato Nogueira, Rogério Luís Seixas e Brunior Francisco Alves (2019) propõem uma apreensão mais profunda da noção de de-*vir-negro*, atravessada pelo contingente neoliberal, e caracterizam o possível sentimento de repelência diante da polêmica leitura de Mbembe, dada sua complexidade. Para os filósofos – o que também acompanha o cerne de minha proposta

metodológica –, o devir-negro exige um movimento intenso do arquétipo temporal, necessário à compreensão do projeto da modernidade, cuja consolidação teve na destituição da humanidade negra um de seus fundamentos essenciais.

A influência de Deleuze e Guattari, como já indicado, mas também de Foucault e Agamben, é imprescindível para a concepção do conteúdo do devir-negro, pois, além dos devires, o camaronês se vale do projeto biopolítico, no âmbito da racionalidade governamental, que reorganiza corpos e territórios à revelia do Estado e dos grupos políticos e econômicos que o acompanham. Ademais, advertem Nogueira, Seixas e Alves (2019), é necessário lembrar a perspectiva de Frantz Fanon (2020) no que se refere à indisposição de se sujeitar como um negro – já que o racismo e o colonialismo emergem como dados essenciais para a consolidação de sua abordagem. Como afirmam os autores, a construção neoliberal é propositiva no que tange à época atual, embora se aproveite de uma estrutura histórico-genética previamente consolidada nos trâmites da colonização e da escravização.

De acordo com Fanon (2020), existe um complexo de inferioridade criado na situação colonial que ainda permanece no entendimento do negro sobre si e sobre o outro. O negro necessita escapar da negrura e, para isso, precisa se tornar branco. O negro é um não ser que só será levado à condição de ser por meio da brancura. Essa lógica também está presente na perspectiva de Mbembe (2019), quando este indica que ninguém quer ser um negro – embora sua formulação seja interessante ao situar a discussão no período atual, marcado pelo corte neoliberal da globalização dos mercados. Apesar de ninguém querer ser um negro, a intensidade com que se percebe a escassez, a replicação da ausência e a captura da subjetividade por sentidos de mercadoria sugere certa predisposição para que a realidade do negro seja a realidade do mundo. Acerca desse contexto, Nogueira, Seixas e Alves (2019, p. 165) complementam:

Nas reflexões sobre o “devir-negro do mundo”, encontramos a afirmação de o (sic) liberalismo e a escravização como coextensivos, ainda que o trabalho assalariado e direitos trabalhistas tenham certo espaço dentro do regime. O neoliberalismo é a radicalização desse projeto à medida que significa um projeto de eliminação das garantias totais. É a proposta de transformar o trabalhador do contexto neoliberal naquela mesma pessoa negra escravizada durante séculos nas plantações da América.

Na esteira da categoria de Mbembe, a socióloga Luciana Garcia de Mello (2020) sinaliza que, para pensar o devir-negro em escala nacional, é necessária uma vinculação imediata com a desproteção social decorrente das transformações oriundas da reestruturação produtiva do capital, marcada pela maximização, no final dos anos 1970, da esfera flexível em detrimento do modelo fordista massificado.

Ainda segundo a autora, a ausência do Estado nos limites da proteção social se tornou mais evidente no Brasil a partir de 2015 – momento caracterizado por intensa recessão econômica –, o que contribuiu para o arrefecimento da seguridade social, sobretudo após a reforma trabalhista de 2017.

Sobre essa conjuntura, na tentativa de angariar elementos que delineiem um “devir-negro à brasileira”, o filósofo Pablo de Macedo Dutra (2021), dedicado ao conceito de Mbembe em sua dissertação de mestrado, adiciona requintes promissores à problemática. Sua contribuição permite associar a degradação dos sentidos de humanidade – destituídos no bojo do projeto moderno – à conjuntura brasileira, estrutura factual materializada por códigos históricos manipulados sob a égide do segregacionismo racista instituído desde as *plantations*, mas que se revigora à medida que a construção da diferença, no neoliberalismo, também passa a operar por meio de elementos econômicos, agora não necessariamente associados à cor da pele.

Em análise mais abrangente no que se refere à categoria trabalho, Alves (2007) e Antunes (2018) apontam as contradições do perfil neoliberal no Brasil, a partir da consolidação dos elos econômicos que fundamentaram a globalização dos mercados e a flexibilização como regra no cerne da economia. Com base nas postulações desses autores, somadas às posições teóricas de Mello (2020) e Dutra (2021), vale ressaltar que a reestruturação produtiva, em linhas gerais, intensificou a precarização. No caso brasileiro – assim como em outros países americanos –, o trabalho deve ser compreendido a partir de uma matriz histórico-genética que inclui processos de longa duração. O fantasma colonial, permeado pela escravidão, constitui uma estrutura profícua a ser lembrada. Alves (2007) propõe essa lembrança, estabelecendo conexões com um período em que a materialização do capital se dava, sobretudo, por meio da expropriação territorial e da exploração do trabalho vivo.

A realidade do presente conserva a volatilidade da estrutura social à medida que transforma a dinâmica produtiva. Nesse contexto, mais do que condicionar a aptidão física, psíquica e intelectual à nova realidade do trabalho, o modelo empresarial invade o cotidiano. Além das transformações tecnológicas e organizacionais próprias da reestruturação produtiva, a lógica neoliberal implica metamorfoses sociometabólicas, “o que significa a constituição de novos *cluster* de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado” (Alves, 2007, p. 190). Essas práticas não integram um sistema simples, mas sim hipercomplexo. Enquadram-se em um “sociometabolismo da barbárie” (Alves, 2007, p. 190), que envolve a deterioração das relações de solidariedade, a precarização do trabalho e a assimilação da competitividade como causa e consequência das práticas sociais.

A transmutação da subjetividade a partir dessas práticas sociometabólicas representa, talvez, a dimensão mais importante da reestruturação produtiva do capital – tão fundamental à globalização dos mercados e à intensificação da descartabilidade generalizada dos indivíduos, como lembra Mbembe (2019). Trata-se de um contexto que afeta o campo psíquico de forma dilacerante, reverberando no “adestramento dos corpos”, como escreveriam Dardot e Laval (2016), complementando a leitura foucaultiana (Foucault, 2008). Ainda que esses estudiosos não tratem diretamente da noção de sociometabolismo, suas postulações deixam clara a centralidade da subjetividade, inebriada pela lógica da flexibilidade toyotista.

Dardot e Laval (2016) não apenas sinalizam a necessidade de aprofundamento da concepção de “racionalidade” formulada por Foucault (1999, 2008), como também indicam que o caminho mais profícuo para acirrar a crítica ao neoliberalismo e à “empresa pessoal” deve se centrar na alienação produzida pela própria crença do indivíduo de não estar alienado. Para os autores, a governamentalidade neoliberal se aproxima de certo alinhamento “laciano”, em que “o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito” (Dardot; Laval, 2016, p. 327).

Esse modelo faz crer que já não há alienação – como aquela produzida pela rotina repetitiva do fordismo, que conformava “sujeitos industriais”. O conteúdo alienante das últimas quatro décadas – e, muito provavelmente, das próximas – depende da incorporação imediata do discurso neoliberal, no qual o sujeito deve ser continuamente estimulado a maximizar seus resultados e competir com um outro. No que tange à racionalidade governamental e ao devir-negro, a psicóloga Fátima Lima (2018, p. 23), atenta à produção intelectual de Mbembe e seu verniz teórico no presente, assinala que “a precarização da vida inclui não apenas as populações negras, mas também os não negros empobrecidos e cada vez mais precarizados”.

Segundo a autora, essa configuração remete a uma agenda mundial no que diz respeito aos debates sobre a gestão da vida (e da morte) e a produção do espaço – ainda que não utilize exatamente esses termos. Tal correlação é potente porque, além de reconsiderar o mérito de Mbembe à luz de sua leitura atenta de Foucault (2008) e Dardot e Laval (2016), reposiciona o debate sobre a tutela de corpos e territórios a partir de lugares de enunciação distintos do Norte Global – permitindo, assim, interpretações mais contextualizadas às configurações espaciais e históricas de sociedades racializadas pelo fantasma do período escravocrata.

Considerações finais

A caracterização espaço-temporal do vertiginoso conjunto foi angariada como principal elemento da construção teórica deste artigo. As transposições a

partir da longa duração se evidenciam como estruturantes de qualquer abordagem comprometida com a vida negra no período atual – especialmente em contextos atravessados pela dinâmica histórica da colonização e da escravização. Não é possível pensar a matriz social de um país como o Brasil sem se atentar à dinâmica histórico-genética característica do espectro colonial. Em uma escala espacial mais específica, isso também se aplica ao Rio de Janeiro – local marcado pela materialização da herança africana desde o tráfico negreiro, o que justifica nossa atenção à constituição do Cais do Valongo como modelo imprescindível das contradições relativas às consciências que permeiam a razão negra.

A dialética das durações, associada ao vertiginoso conjunto mbembiano e à proposição teórico-metodológica de Ferreira (2019), sustenta um regime social cujos resíduos potentes remontam à primeira modernidade, forjada pela divisão racial do trabalho nas *plantations* latino-americanas. A metrópole do presente – ente performático da globalização dos mercados, que descarta indivíduos e os transforma em corpos comercializáveis – talvez só tenha sido atravessada por experiências semelhantes durante o período em que a carne negra foi transformada em mercadoria. Daí a relevância do Rio de Janeiro enquanto lembrança necessária. É claro que são situações incomparáveis quanto à demarcação da violência corporal e subjetiva. No entanto, é preciso considerar que a crise da sociedade contemporânea transmuta a realidade de todos os cidadãos, aproximando-a de uma condição que, historicamente, só havia sido experimentada por negros e negras.

Houve, portanto, um esforço por uma readequação espaço-temporal a partir da vida negra – que, historicamente, tem sido forjada como negação à produção da metrópole, devido ao conteúdo racista que permeia esta última. Isso se fundamenta em conflitos e tensões que atravessam diferentes modos de existência, como explicitado nos dois textos descritos por Mbembe (2019) enquanto postulados constitutivos da razão negra. A relevância irrevogável da herança africana no desenvolvimento das cidades brasileiras – e, de forma especial, do Rio de Janeiro – deve ser encarada como material cultural de valor ímpar para a constituição de horizontes mais democráticos para o espaço urbano, fomentando perspectivas que apregoem o viés antirracista como modelo transversal às disputas em torno da cidade.

Referências

- ALVES, G. Formas de reestruturação produtiva. In: *Dimensão da reestruturação produtiva: ensaios da sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, R. A precarização do trabalho como regra. In: *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 157-72.

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 89-117, 2013.
- BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966.
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, p. 287-9, 2014.
- CAMPOS, A.; MODESTO, N.; SILVA, C. (Orgs.). *Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- CICALO, A.; VASSALLO, S. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, n. 43, p. 239-71, 2015.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, E. *Filosofía de la liberación*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- DUTRA, P. de M. *Pressupostos e implicações do conceito de raça no alvorecer do século XXI a partir de Achille Mbembe*. 2021. 66 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FERREIRA, A. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. *Ateliê Geográfico*, v. 13, n. 1, p. 35-43, 2019.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Aula de 17 de março de 1976.)
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Aulas de 11 de janeiro e 8 de fevereiro de 1978.)
- GILROY, P. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-47, 2008.
- _____. Racismo/sexismo epistêmico, universidades ocidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*, n. 19, p. 31-58, 2013.
- GUIMARÃES, G. F. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015.
- _____. Espacialidades de corpos negros no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, C. A. da (Orgs.). *Metrópole e crise societária: resistir para existir*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 85-99.
- _____. Geo-grafias negras & geografias negras. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Ed. Esp., p. 292-311, abr. 2020.

- HONORATO, C. de P. *Valongo: o mercado escravo do Rio de Janeiro, 1758-1835*. Niterói: EdUFF, 2008.
- LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. esp., p. 20-33, 2018.
- LIMA, T.; SENE, G.; SOUZA, M. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 24, p. 299-391, 2016.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- _____. *Crítica da razão negra*. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- MELLO, L. Reforma trabalhista e desproteção social: um devir negro do mundo. *Revista da Abet*, v. 19, n. 1, 2020.
- NOGUEIRA, R.; SEIXAS, R. L.; ALVES, B. F. A necropolítica na eminência do devir-negro do mundo. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, v. 10, p. 150-67, 2019.
- OLIVEIRA, D. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: a “Pequena África” como forma espacial de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro. In: Enanpege, 2019, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Anpege, 2019.
- _____. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Ed. Esp., p. 312-35, abr. 2020.
- RAMOS, G. *Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil – ensaios, artigos e outros textos (1949-73)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- RIBEIRO, G. *Fernand Braudel, geo-história e longa duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico*. São Paulo: Annablume, 2017.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2017.
- TEIXEIRA, M. Sete anos após escavações, objetos achados no Cais do Valongo estão em caixas e correm risco. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/sete-anos-apos-escavacoes-objetos-achados-no-cais-do-valongo-estao-em-caixas-correm-risco-1-24061864>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- WALLERSTEIN, I. Creación del sistema mundial moderno. In: *Un mundo jamás imaginado*. Bogotá: Santillana, 1992. p. 1-8.

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ). Licenciado em Geografia pelo Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ). Mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde também realiza estágio de pós-doutorado em “Espaço, cotidiano e sustentabilidades”. É tutor na modalidade Universidade Aberta do Brasil (UAB) do curso de especialização *lato sensu* “Estudos do Atlântico e da Diáspora”, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Desde 2018 é membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (Nepem) da PUC-Rio. É autor do livro *Entre labirintos e bifurcações: a produção do espaço na área central do Rio de Janeiro*, publicado pela Editora Multifoco.

Email: felipetaumaturgo2@hotmail.com

ORCID: 0000-0001-5952-4675

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

- a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
- b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
- c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: ChatGPT e DeepL.

Dados Abertos

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Submissão: 20 de maio de 2025.

Aprovação: 31 de outubro de 2025.

Editores: Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros.

Editores do Dossiê: Jeroen Johannes Klink, Victor Ramiro e Guillermo Jajamovich.

Como citar: AZEVEDO, F. T. R. de. A metrópole em um vertiginoso conjunto: sobre durações, consciências e devires. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202602, 2026. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202602>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR